CONTRATO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (TI), SOB A FORMA DE "BOLSA" - LOTE 1

Entre:

EMEL – EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A., com sede na Alameda das Linhas de Torres, n.º 198/200, 1750-150, Lisboa e com o capital social de €32.000.000,00, pessoa coletiva com o número único de matrícula e de identificação fiscal 503311332, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, representada neste ato por Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva e por Ana Rita Correia Gonçalves, na qualidade de, respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho de Administração com poderes para o efeito, de acordo com os respetivos Estatutos e certidão do registo comercial, daqui em diante designada por EMEL ou Primeira Contratante,

E

POLARISING, UNIPessoal, LDA., com sede na Rua Sacadura Cabral - Varandas de S. Pedro, - 2, São Pedro do Estoril, 2765-553 São Pedro do Estoril, com o capital social de €50.000,00, pessoa coletiva com o número único de matrícula e de identificação fiscal 507642554, matriculada na Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C., representada neste ato por Henrique Jorge Plácido Faísca, na qualidade de gerente, de acordo com a certidão do registo comercial, daqui em diante designada por POLARISING, UNIP., LDA. ou Segunda Contratante.

Entre as Contratantes acima identificadas é celebrado, em nome das suas representadas, o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes, que aceitam e reciprocamente se obrigam a cumprir:

Cláusula 1.ª **Enquadramento**

1. A EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., abreviadamente designada EMEL, é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede em Lisboa, na Alameda das Linhas de Torres, n.º 198/200.
2. O presente contrato é celebrado na sequência do procedimento com a referência "**Consulta Prévia n.º 29/2024 – Aquisição de serviços de consultoria técnica na área de Tecnologias de Informação (TI), sob a forma de "bolsa" - Lote 1**".
3. A adjudicação foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18/12/2024 e comunicada via plataforma à Segunda Contratante, tendo a minuta do contrato sido aprovada nos termos do disposto no artigo 98.º e no artigo 101.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 2.ª **Objeto**

1. O presente contrato tem por objeto a **prestação de serviços de consultoria técnica na área de Tecnologias de Informação (TI), sob a forma de "bolsa" de horas**, em conformidade com o Caderno de Encargos, a proposta da Segunda Contratante e respetivos anexos e esclarecimentos.

2. A prestação dos serviços objeto do presente contrato, conforme melhor descrito na Parte II – Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, corresponde ao **Lote 1 – Serviços de consultoria técnica relativos à estabilização e melhoria de uma plataforma de dados abertos da EMEL**.
3. O presente contrato, referente ao **Lote 1**, poderá vir a ser objeto de cofinanciamento, a ser indicado oportunamente pela EMEL.
4. Fazem parte integrante do presente contrato os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos Concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos e respetivos anexos;
 - d) A proposta apresentada pela Segunda Contratante e respetivos anexos;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Segunda Contratante.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 4 e o clausulado do presente contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros.
7. Para efeitos do disposto nos artigos 290.º-A e 305.º do Código dos Contratos Públicos e em cumprimento do previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo Código, o gestor do contrato designado pela EMEL é: XXXXXXXXXX

Cláusula 3.ª **Preço Contratual**

O preço contratual é de **€18.000,00** (*dezoito mil euros*), relativo ao Lote 1 - Serviços de consultoria técnica relativos à estabilização e melhoria da plataforma de dados abertos da EMEL, funciona como “bolsa” de horas, que não inclui o valor do IVA em vigor e inclui todas as prestações a que a Segunda Contratante fica obrigada.

Cláusula 4.ª **Remuneração**

1. A título de remuneração pela prestação de serviços de consultoria, no âmbito deste contrato, a EMEL pagará à Segunda Contratante os montantes relativos aos serviços efetivamente prestados, acrescido de cargas fiscais e parafiscais às taxas legais em vigor, se estas forem legalmente devidas.
2. Os montantes previstos no número anterior serão liquidados aos preços unitários adjudicados e em função das horas de consultoria efetivamente prestadas - **Lote 1**, com o Preço Contratual fixado em **€18.000,00** (*dezoito mil euros*), não incluindo o IVA à taxa legal em vigor e que constitui uma “bolsa” de até **400 horas**, a serem consumidas a pedido da EMEL para o efeito, aos preços unitários adjudicados e a utilizar durante o período de vigência do contrato, cujo valor máximo unitário/hora não pode ultrapassar o montante de **€45,00** (*quarenta e cinco euros*), não incluindo o IVA à taxa legal em vigor.
3. A Segunda Contratante não pode exigir à EMEL o pagamento de qualquer montante, seja a que título for, pelo facto do valor dos serviços prestados, ser inferior ao valor contratual, não incluindo o valor do IVA.
4. O preço referido no número três inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à EMEL, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5. As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e serão pagas no prazo máximo de 60 (*sessenta*) dias após a sua receção pela EMEL, devendo indicar expressamente "**Consulta Prévia n.º 29/2024 – Lote 1**". Em caso de cofinanciamento, conforme indicado no n.º 3 da Cláusula 2.ª (Objeto), a fatura deve fazer menção ao **projeto** que vier a ser indicado pela EMEL.

Cláusula 5.ª
Condições de validade do contrato

1. O contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e mantém-se em vigor até que se verifique uma das seguintes condições:
 - a) Decurso do prazo máximo de **12 (doze) meses**, ou;
 - b) Quando o valor dos serviços prestados pela Segunda Contratante **atingir o valor total da proposta adjudicada**, não incluindo IVA.
2. Decorrendo em primeiro lugar o prazo estabelecido na alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, a Segunda Contratante não pode exigir à EMEL o pagamento de qualquer montante, seja a que título for, pelo facto de o valor dos serviços prestados ser inferior ao valor total da proposta adjudicada, não incluindo IVA.
3. Independentemente da condição que ocorrer em primeiro lugar, mantêm-se em vigor os termos e obrigações legais e contratuais que devem perdurar para além da cessação do contrato, seja por que motivo for.
4. A execução do contrato para além da verificação de uma das condições previstas nesta cláusula não obriga a EMEL a efetuar qualquer pagamento.

Cláusula 6.ª
Entregáveis objeto do contrato

1. Os entregáveis objeto do contrato devem ser entregues, nos prazos máximos melhor indicados na Parte II – Especificações Técnicas, do Caderno de Encargos, sem prejuízo dos termos e condições acordadas, o disposto na lei e das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. A disponibilização de informação em suporte digital fica sujeita ao regime de «norma aberta» tal com definido na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, na sua redação atual e na Resolução de Conselho de Ministros n.º 2/1018, de 5 de janeiro, na redação atual que procedeu à revisão do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital.
3. A Segunda Contratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com os entregáveis acima indicados, todos os elementos que sejam necessários para o bom desenvolvimento e entendimento dos mesmos, e que tenham sido desenvolvidos/adquiridos no âmbito dos trabalhos a contratar.
4. Todos os entregáveis carecem de aceitação expressa da EMEL.

Cláusula 7.ª
Entrada em vigor

O contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e mantém-se em vigor até que se verifique uma das condições previstas na Cláusula 6.ª (*Condições de validade do contrato*) do presente, sem prejuízo dos termos e condições acordadas, o disposto na lei e das obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 8.^a
Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 9.^a
Casos omissos

Em tudo o omissos no contrato observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

Cláusula 10.^a
Foro competente

Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação ou violação do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

O presente contrato vai ser assinado através de assinatura eletrónica qualificada pelos representantes legais com poderes para o ato e entra em vigor a partir da data da última assinatura digital.

Pela EMEL, E.M., S.A.

**Carlos
Silva** Assinado de forma
digital por Carlos
Silva
Dados: 2025.01.16
17:31:56 Z

Pela POLARISING, UNIP., LDA.

CFO
Assinado por: **HENRIQUE JORGE PLÁCIDO FAÍSCA**
Num. de [REDACTED]
Data: 2025.01.06 18:16:41 +0000
POLARISING
tech that works with you

Assinado por: **ANA RITA CORREIA GONÇALVES**
Num. de [REDACTED]
Data: 2025.01.17 15:36:45+00'00'